

Ofício nº 02/2026-PÚBLICA

Brasília, 19 de fevereiro de 2026.

Ao Senhor
Secretário José Lopes Feijóo
Secretaria de Relações de Trabalho
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Brasília – DF

Assunto: Encaminha pauta de reivindicações dos servidores públicos federais que compõem a Pública Central

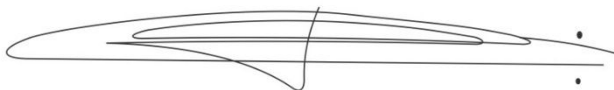
Senhor Secretário,

A Pública Central do Servidor, por meio deste, apresenta, de forma unificada, a pauta de reivindicações do conjunto dos servidores públicos do executivo federal que compõe esta Central, lembrando que novas reivindicações poderão surgir ao longo do ano.

Acreditamos que as interações com as entidades sindicais, especialmente com as Centrais Sindicais, na Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP, se darão com debates efetivos e transparência, durante o ano de 2026.

A Pública coloca-se à disposição para as interlocuções e colaborações que se fizerem necessárias e aguardamos as convocações para a Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP, em busca de acordos favoráveis a todos.

Respeitosamente,



José Gozze
Presidente

PAUTA

1. Regularizar a Convenção nº 151 da OIT, que trata do direito de sindicalização e relações de trabalho na Administração Pública (data base, direito de greve, liberação para mandato classista, negociação coletiva, entre outros);
2. Regularizar a Contribuição Assistencial na esfera do serviço público, de acordo com a decisão do STF;
3. Instalar imediatamente as mesas específicas para discussão do reajuste das carreiras ainda não contempladas na negociação de 2024, como as carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal e de Auditoria-Fiscal do Trabalho;
4. Equiparar os benefícios de auxílio alimentação, creche e saúde per capita aos valores adotados pelos demais Poderes (Legislativo e Judiciário);
5. Transformar benefício saúde *per capita* em auxílio saúde para todos os servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão;
6. Revogar a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas;
7. Realizar concursos públicos exclusivamente regidos pelo RJU, para reposição de vacâncias, em substituição às terceirizações no serviço público;
8. Liberar mandato classista, com ônus financeiro para a União (alteração no art. 92 da Lei nº 8.112/90);
9. Enviar ao Congresso nova PEC para alteração da Emenda Constitucional 113/2021, (PEC dos precatórios) a fim de excluir dos efeitos da EC os precatórios de caráter alimentar;
10. Incluir as entidades representativas dos servidores públicos nas discussões sobre reforma administrativa;
11. Revogar o Decreto nº 10.620, de 2021.
12. Renegociar os consignados dos servidores endividados através do DESENROLA e para os atingidos pelas tragédias no RS;
13. Estender o auxílio-saúde para todos os/as servidores/as, independente de terem planos de saúde contratados, conforme as normas da ANS, com a contrapartida do governo de no mínimo 50%;
14. Instituir o auxílio-nutrição para os/as servidores/as aposentados/as e instituidores/as de pensão.
15. Cumprir as Jornadas de Trabalho das Profissões Regulamentas: Lei nº Lei 8662/1993 - Assistente Social; Lei nº Lei 12.319/2010 - Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras); Lei nº 6.533/1978 - Fotógrafo; Lei nº 6.533/1978 - Técnico em Audiovisual; Lei nº 6.615/1978 e Decreto-Lei nº 972/1969 - Cargo da Área Comunicação;
16. Incluir no Cadastro dos/as servidores/as no Sougov.br a pergunta sobre identidade de gênero e orientação sexual;
17. Disponibilizar os dados dos servidores que não estão no Painel Estatístico de Pessoal do Governo para as entidades ou disponibilizá-los no painel, para que as entidades possam discutir e propor políticas nas mesas de negociação, sejam nacionais ou setoriais, como os dados do levantamento de raça e etnia; da comunidade LGBTQIAPN+; saúde mental, saúde do trabalhador, principalmente dos afastamentos de longa duração, entre outros;
18. Regularizar o trabalho remoto com garantia dos direitos e sem redução de salário;

19. Redução da jornada de trabalho de 40 para 30 horas sem redução de salário para todos/as servidores/as;
20. Assumir a defesa e os esforços necessários para aprovação da PEC nº 6/2024;
21. Assumir a defesa e os esforços necessários para aprovação da ADI nº 6254 e ADPF nº 1068;
22. Revogar o gatilho de reenquadramento, disposto no pacote que limita as despesas obrigatórias dentro das regras do arcabouço fiscal, que veda aumento real de servidores públicos acima de 0,6% da inflação, a partir de 2027;
23. Liberar os servidores/as para exercício de mandato classista com ônus para a administração federal e garantia de manutenção da progressão e promoção funcional em conformidade com as regras dos demais servidores/as públicos/as de cada carreira/órgão, assim como liberação de dirigentes e representantes para a participação em todas as atividades sindicais, incluindo atos, mobilizações, reuniões e Congressos, sem a exigência de compensação por horas não trabalhadas;
24. Revogar as Instruções Normativas nº 54/2021 e nº 49/2023, que restringem o exercício do direito de greve no serviço público federal;
25. Revogar os Decretos nº 9262/2018 e nº 10.185/2019, que tratam de vedação para a realização de concursos para os cargos previstos nestes decretos;
26. Revogar as Leis nº 13.467/2017 e Lei nº 13.429/2017, que autorizam terceirizações ilimitadas no serviço público;
27. Instituir o Adicional de Qualificação (AQ) para cargos de nível superior, nas carreiras ainda não contempladas.